



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº**  
**(ao PLP 112/2021)**

Dê-se à alínea “f” do inciso I do art. 165 e ao § 8º do art. 170 do PLP nº 112, de 2021, a redação abaixo, suprimindo-se, em decorrência, os §§ 1º a 4º do art. 192 da mesma proposição:

**“Art. 165. ....**

**I -.....**

.....

f) agentes públicos, inclusive Ministros de Estado, Secretários de Estado, Secretários Municipais e os impedidos de exercer atividade político-partidária;

.....

**Art. 170.....**

.....

§ 8º O militar eleito passará para a reserva na diplomação, ficando agregado até sua nomeação ao cargo eletivo.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva suprimir os dispositivos do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 112, de 2021, que visam a exigir que magistrados, membros do Ministério Público, policiais e militares se afastem do seu cargo pelo prazo de



quatro anos para se candidatarem a cargo eletivo, igualando-os aos demais agentes públicos, como é a norma atualmente vigente.

Efetivamente, o texto do PLP é inconstitucional por ferir o princípio da isonomia, na medida em que dá tratamento totalmente diverso a um grupo de agentes públicos, para o exercício de seus direitos políticos passivos.

Ademais, o texto é absolutamente irrazoável, ao determinar, por exemplo, que enquanto o Presidente da República precisa se afastar do mais alto cargo do país apenas por seis meses para se candidatar a outro cargo eletivo, o cabo do destacamento policial de uma pequena cidade do interior precisa se afastar por quatro anos para exercer o mesmo direito.

Com base nesses argumentos, pleiteio a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 13 de agosto de 2024.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(MDB - SE)**

